




RECURSO HABILITAÇÃO



**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE JULGADORA DE LICITAÇÕES
DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE
ARARAQUARA/SP**

Tomada de Preços n. 015/2023 – Processo DAAE n. 3.335/2023

 **DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA**
Protocolo: 003605/2023 - 22/12/2023 11:46:36
Assunto: RECURSO A TP 015/2023 - PROCESSO
3335/2023
Nome: EFP SEGURANÇA PRIVADA LTDA

E.F.P. SEGURANÇA PRIVADA LTDA. ME., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 15.414.463/0001-77, com sede na Rua Galileu Galilei, n. 830, Bairro Parque São Paulo, CEP 14.811-470, no Município de Araraquara/SP, Estado de São Paulo, representada pelo sócio majoritário, senhor Edson Ferreira Pontes, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF 879.553.344-34, portador do RG n. 56.318.015-SSP/SP, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar suas razões recursais, nos seguintes termos:

Cuida-se de licitação, na modalidade tomada de preços, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada nas próprias do DAAE (Captação Anhumas I e Estação Elevatória de Água Anhumas II), por um período de doze meses, conforme especificações do edital.



Ocorre que, no dia 19 de dezembro de 2023, após a abertura dos envelopes na etapa de habilitação, a empresa recorrente foi considerada inabilitada, nos seguintes termos:

"(...) foi procedida a abertura do envelope n. 01, os quais contêm os documentos de 'HABILITAÇÃO' das licitantes e o Representante da Empresa VOP questiona a falta do GESP pela empresa EFP. Após análise do questionamento a Comissão de Licitação decide pela INABILITAÇÃO, concedendo o prazo recursal previsto na lei federal 8.666/1993, artigo 109, inciso I, alínea 'a'. (...)"

Dessa decisão facultou a Comissão a apresentação de razões recursais no prazo de cinco dias, manifestadas no presente termo.

Inicialmente, é importante salientar que o recorrente, empresa constituída em 2012, é um licitante sério, reconhecido por seus trabalhos na área de segurança privada, tanto no que se refere à qualidade dos seus serviços, quanto pela sua competitividade comercial, sendo, portanto, um concorrente que desejado pela Administração Pública em todas as licitações nas quais o objetivo é a melhor proposta para o Estado.

Trata-se de empresa que atua há anos no mercado, com vários postos de serviços em todo o Estado, **SENDO RELEVANTE MENCIONAR, INCLUSIVE, QUE PRESTA SERVIÇOS PARA ESTE DISTINTO ÓRGÃO PÚBLICO NA ÁREA DE VIGILÂNCIA**, gerando empregos com carteira assinada e arcando rigorosamente com todas suas obrigações legais, recolhendo tudo que de direito aos cofres públicos e em favor dos seus colaboradores.



Nessa esteira, devido ao seu longo tempo no mercado, a empresa comprovou, de forma plenamente satisfatória a regularidade de sua situação cadastral, além do solicitado no edital, **de forma que a inabilitação não pode prevalecer.**

Ora, convém rememorar que licitação é processo administrativo por meio do qual a Administração escolhe a proposta mais vantajosa para o interesse público.

A licitação é processo prévio necessário para a contratação pela Administração e deve seguir todos os ditames da lei para que alcance seu fim de forma válida e regular. Tem, entre outros, como princípios basilares, o princípio da legalidade, da **vinculação ao edital**, da competitividade, da publicidade e da moralidade.

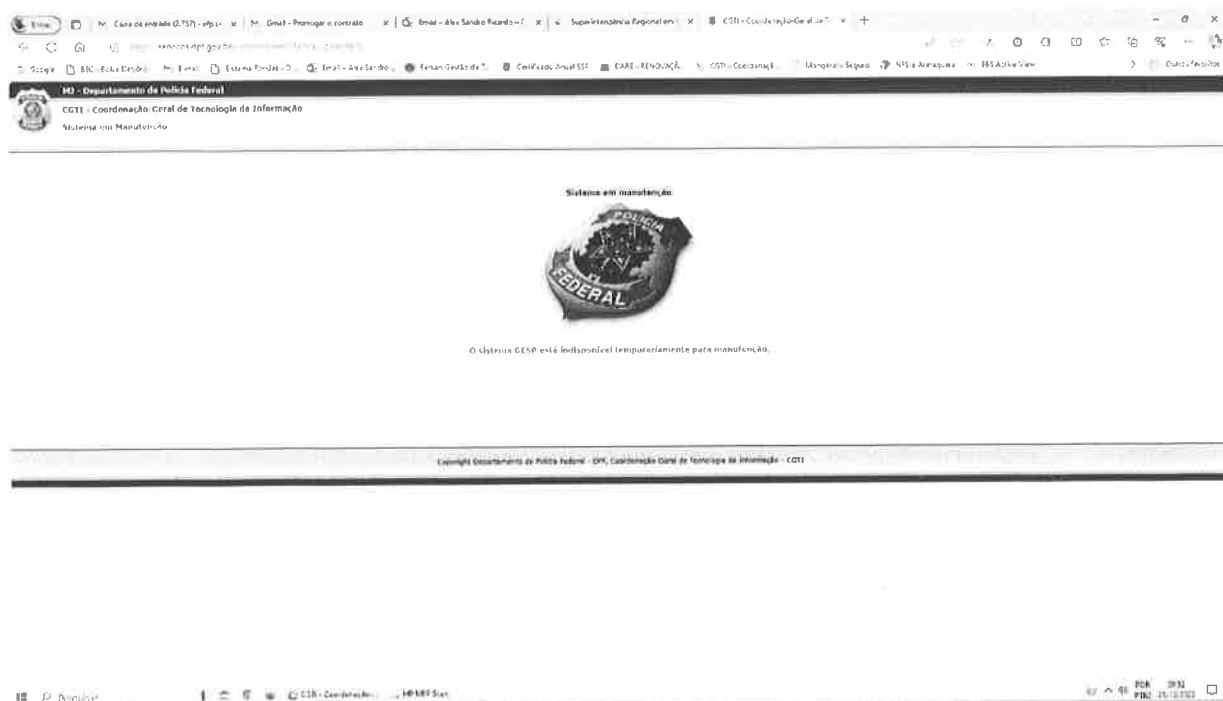
Através da licitação, a Administração escolhe a empresa particular que melhor atende às finalidades que o Poder Público deseja alcançar.

Nesse sentido, a inabilitação sumária violou o princípio da vinculação ao edital, **por eliminar desnecessariamente interessado e, ao mesmo tempo, fere o interesse público, ao deixar de considerar proposta negocial possivelmente interessante.**

Inicialmente, compete ressaltar a impossibilidade física de se apresentar o mencionado documento, diante de fato



intransponível, consistente na manutenção e indisponibilidade do site, por tempo indeterminado.



Tal fato vem se estendendo por todo o mês de dezembro, havendo, inclusive, **Despacho da CGCSP/DPA/PF, que suspendem os prazos no GESP (documento anexo).**

Nada obstante, a empresa ora licitante e ora recorrente, tentou solicitar a expedição do documento via e-mail, recebendo da Polícia Federal a seguinte resposta:



Forwarded message
De: SP/ADA - Comissão Vitoria Araraquara <vitoria.araraquara@sp.ada.br>
Data: qua, 21 de dez de 2023 às 14:52
Sujeito: RE: Regularidade cadastral
To: ALEX EFP SEGURANÇA <alexis@efpseg.com.br>

Cara Alex Sandro,

O Gesp encontra-se em manutenção e indisponível para emissão de declaração de regularidade de empresa, conforme Despacho CGCSP/DPA/PF que suspendem os prazos no Gesp (anexo).
Além disso, afirmo que realizei pesquisa sobre a empresa EFP SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ 15.414.463/0001-77, e a mesma encontra-se ativa com validade até 19/04/2024, conforme print anexo.

De: ALEX EFP SEGURANÇA <alexis@efpseg.com.br>
Enviado: quinta-feira, 21 de dezembro de 2023 13:32
Para: SP/ADA - Comissão Vitoria Araraquara <vitoria.araraquara@sp.ada.br>
Cc: SP/ADA - Comissão Vitoria Araraquara <vitoria.araraquara@sp.ada.br>
Assunto: Regularidade cadastral

Prezados, bom dia

Estamos participando de uma licitação do DAAE de Araraquara ao qual um dos documentos de habilitação do certame trata-se do certificado de regularidade de situação cadastral de nossa empresa, desde a última terça-feira (19/12) estou tentando tirar essa certidão pelo sistema GESP, porém o site se encontra indisponível para emissão pois se encontra em manutenção desde então.

Seria possível me enviar por e-mail essa regularidade, pois tenho o prazo até amanhã (22/12) para apresentar esse documento sobre pena de desclassificação de nossa empresa.

EFP Seguranga Privada LTDA EPP CNPJ 15.414.463/0001-77

Aguardo parecer

Eis o teor do *print* mencionado na resposta da PF:

Pesquisar

Informe um ou mais critérios de Pesquisa

CNPJ: 15.414.463/0001-77

Razão Social: Pesquisa Fonética? ☐

Grupo: Empresa de Segurança Privada

Situação:

- ☐ Todos
- ☒ Ativa
- ☐ Cancelada de Ofício
- ☒ Ativa em Razão de Efeito Suspensivo
- ☐ Não Autorizado
- ☐ Autorização de Funcionamento Cassada
- ☐ Cancelada a Pedido
- ☐ Cancelada Punitivamente em Definitivo
- ☐ Excluída
- ☐ Suspensa Cautelariamente

Tipo de Segurança Privada: Todas

UF: Todos

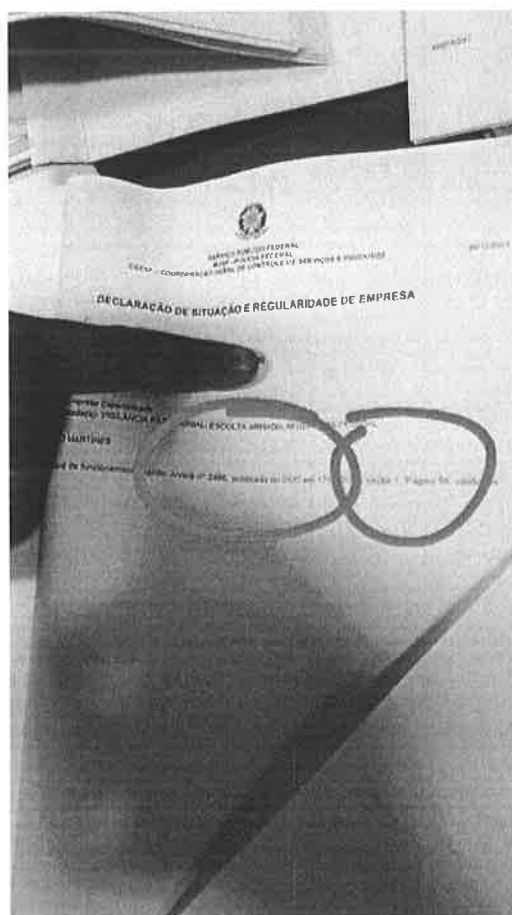
PESQUISAR LIMPAR

CNPJ #	Razão Social #	Grupo #	Nível #	UF #	Município #	Circunscrição #	Situação #	Valid. Aut/Rev #	Sócio PJ? #	Ações
15.414.463/0001-77	EFP SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME	Empresa de Segurança Privada	Matriz	SP	ARARAQUARA	DPF/AAQ/SP	Ativa	19/04/2024	Não	



Ou seja, há confirmação explícita no sentido de que a empresa licitante se encontra ativa e com alvará de funcionamento válido até 19/04/2024, estando plenamente habilitada a concorrer no pleito.

Vale ressaltar que o certificado de regularidade de situação cadastral emitido pela GESTÃO ELETRÔNICA DE SEGURANÇA PRIVADA (GESP), da Polícia Federal, é um documento que se limita a informar os dados da empresa e de seu alvará de funcionamento, **conforme modelo abaixo, gentilmente cedido por outro licitante, apenas como referência:**





Nesse sentido, além da declaração emitida pela Polícia Federal, acima referida, **a farta documentação carregada no envelope n. 01 supre todas as informações constantes no mencionado certificado**, senão vejamos.

Registre-se, inicialmente as informações constantes na solicitação de renovação de certificado de segurança juntado, no sentido de que, além da aprovação das instalações, menciona expressamente que a *"regularidade da empresa de segurança privada se comprova pela apresentação do alvará de autorização ou de revisão da autorização de funcionamento validado, expedido pela CGCSP/DIREX/PF, publicada no D.O.U."*, como segue:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SP

CERTIFICADO DE SEGURANÇA Nº 799/2023
REF. PROC.: 2023/16181_1 – DPF/AQA/SP
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA
RAZÃO SOCIAL: E F P SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME
CNPJ: 15.414.463/0001-77

DATA: 03/04/2023

O Delegado Regional Executivo da SR/PF/SP, no uso de suas atribuições, CERTIFICA que, as instalações da empresa E F P SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME de CNPJ nº 15.414.463/0001-77 foram aprovadas, por meio deste Certificado de Segurança, cuja validade será a mesma da autorização de funcionamento da empresa nesta Unidade Federativa.

A REGULARIDADE DA EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA SE COMPROVA PELA APRESENTAÇÃO DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO OU DE REVISÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO VÁLIDO, EXPEDIDO PELA CGCSP/DIREX/PF, PUBLICADO NO D.O.U.

AURIS CESAR DA SILVA BRISOLA

(assinado eletronicamente)
DREX/SR/PF/SP



Nesse sentido, a empresa licitante logrou comprovar a publicação da revisão da autorização no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2023, prorrogando a autorização de funcionamento por mais 1 (um) ano (alvará 2.517, de 18/04/2023), como segue:

JOSEFFEL DENIVA JUCA VILHVA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.517, DE 18 DE ABRIL DE 2023

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2023/16181 - DPF/AQA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa E F P SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 15.414.463/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 799/2023, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152023041900125

125

No mesmo sentido, mas não menos importante, cite-se a certidão de revisão de autorização de funcionamento expedida pela polícia federal, também apresentada:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIREX - COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

Alvará Nr.: 2.517/2023
Assunto: Solicitação de Revisão de Autorização de Funcionamento
Data de Publicação no D.O.U.: 19/04/2023
Página no D.O.U.: 125
Seção no D.O.U.: 1

Nota-se, assim, que a empresa recorrente logrou comprovar a regularidade de sua situação cadastral, **até de forma mais completa que o singelo certificado de regularidade emitido pela GESP**, da Polícia Federal.

Neste sentido, seja pela declaração da PF, seja pela documentação apresentada, a empresa comprovou de forma farta estar habilitada a participar do certamente.

Com efeito, de acordo com os documentos apresentados para a habilitação, **a licitante demonstrou estar com seu alvará de funcionamento válido (Alvará n. 2.517/2023, publicado no DOU em 19/04/2023, seção 1, página 125, válido até 18 de abril de 2024, sendo mencionado na publicação no DOU a especialidade na área de vigilância patrimonial), não existindo motivos para inabilitação.**



Saliente-se, ainda, que a empresa em momento algum agiu com má-f  ou tenta, neste momento, forçar interpretação que lhe seja favorável.

  que, como dito, tal não seria necessário, pois, além da indisponibilidade do sistema do órgão emissor, a empresa comprovou de plano a regularidade de sua situação cadastral.

Nota-se, com isso, que os motivos para inabilitação não podem prevalecer, **porquanto houve a comprovação do requisito exigido para a habilitação no certame**, seja na oportunidade da abertura da fase de habilitação, seja pela juntada de documentos nesta oportunidade.

No mais, impensável inacolhimento das presentes razões, o que não se espera, **  o caso de se aceitar os documentos anexos, especialmente aqueles enviados pela PF, como forma de complementação da documentação apresentada**, conforme previsão expressa do edital:

"11.14 - é facultado   COMISSÃO, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação realizar diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo."

Dessa forma, diante da possibilidade de ajustes prevista na cláusula 11.14, **não há que se falar em inabilitação**, devendo ser anulado o ato administrativo desclassificatório.



Ademais, há que se ressaltar que pequenas irregularidades são insuficientes para desclassificar concorrentes, como segue:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. TOMADA DE PREÇO. NOVACAP. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. VÍCIOS MERAMENTE FORMAIS. SINGULARIDADES DO CASO CONCRETO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Em casos de pequenas irregularidades na documentação ou na proposta, e desde que tais vícios sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, não é razoável, tampouco atende ao interesse público, que licitantes sejam inabilitados. 2. Recurso não provido. (TJ-DF - AGI: 20140020101313 DF 0010197-57.2014.8.07.0000, Relator: SILVA LEMOS, Data de Julgamento: 15/10/2014, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/10/2014 . Pág.: 139)

Destarte, comprovada a regularidade de situação cadastral, mostra-se ilegal o ato que inabilitou o recorrente na licitação em apreço, impondo-se o pronunciamento da nulidade do ato de inabilitação, admitindo-se a empresa recorrente no certame.

Portanto, uma vez atendidos os requisitos do edital, em vista da injustificada inabilitação e da possibilidade editalícia de **mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da licitação complementar a instrução do processo**, merece ser revisto o ato de inabilitação, nos moldes expostos.

Posto isso:



-
1. Requer seja anulado o ato de inabilitação, possibilitando-se o cumprimento do disposto na cláusula 11.14, do Edital, para ao final habilitar a empresa que recorrente por ter cumprido as exigências do edital.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Araraquara, 20 de dezembro de 2023.

EDSON FERREIRA Assinado de forma digital
por EDSON FERREIRA
PONTES:8795533 PONTES:87955334434
4434 Dados: 2023.12.22
09:34:02 -03'00'

Edson Ferreira Pontes
Sócio majoritário